

Expresso
Economia

07-11-2015

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 1286

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/10

OPA do Montepio sobre o Finibanco na mira do MP

→ Denúncias de um **negócio imobiliário gorado** em Coimbra podem dar início a nova investigação do Ministério Público ao Montepio → Procuradores **querem abrir um inquérito** para perceber todos os pormenores sobre a compra do Finibanco E10

BANCA

MP quer investigar compra do Finibanco

Denúncias de um **negócio imobiliário em Coimbra** podem iniciar nova investigação ao Montepio

Um negócio imobiliário gorado em Coimbra pode levar o Ministério Público a abrir um inquérito à aquisição do Finibanco por parte do Montepio Geral. Os procuradores estão a tentar perceber se houve burla qualificada e insolvência dolosa da Cityprofit, Investimentos Imobiliários e Turísticos, sociedade de Oliveira de Frades. Há suspeitas da "dissipação do património da Cityprofit, em

benefício direto do Montepio" numa altura em que este banco comprava o Finibanco.

O Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Viseu recebeu várias denúncias de uma empresa que era sócia da Cityprofit, apontando o dedo a responsáveis do banco "no destino e subsequente tratamento do forte endividamento deste grupo no Finibanco, ao momento da sua aquisição pelo

Montepio", pode ler-se num documento judicial a que o Expresso teve acesso.

Na denúncia, é pedido ao Ministério Público que investigue o destino "do enorme endividamento do grupo vencedor (o Montepio Geral), escondido em obrigações emitidas de que o Finibanco terá sido aparentemente o mero agente colocador, escapadas dos balanços, assim iludindo

as auditorias e as entidades supervisoras".

Uma fonte do processo revela ao Expresso que a aprovação para iniciar a investigação está em suspenso, desconhecendo-se ainda que equipa será destacada para o fazer — o DIAP de Lisboa está a investigar uma denúncia do Banco de Portugal referente a suspeitas de branqueamento de capitais —, mas pode ser uma questão de tempo até haver um novo processo envolvendo o Montepio Geral.

Na base das suspeitas está um projeto urbanístico da Cityprofit que não foi aprovado pela Câmara Municipal de Coimbra. Prédios que estariam hipotecados ao Finibanco. A empresa de Oliveira de Frades seria declarada insolvente, num processo que a outra empresa declara como culposos, tendo já pedido ao MP que anule a sentença de qualificação da insolvência (foi considerada pelas autoridades judiciais "meramente fortuita").

Nas contas da empresa que era sócia e credora da Cityprofit, os alegados crimes de insolvência dolosa e burla qualificada praticados pela Cityprofit podem ter causado prejuízos superiores a 12 milhões de euros.

A queixosa pretendia que fosse o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) a investigar o caso, com os argumentos de se trata de um caso de especial complexidade e está disperso territorialmente. Mas o diretor do DCIAP, Amadeu Guerra, deu parecer negativo num despacho com a data de 29 de outubro. O caso deverá ficar nas mãos do DIAP de Viseu ou então junto ao processo que já está a decorrer na 9ª secção do DIAP de Lisboa, especializada em crime económico.

Suspeitas de branqueamento de capitais

A denúncia do Banco de Portugal ao Ministério Público foi feita em abril, depois de terem sido encontradas falhas em transações transnacionais suspeitas de indiciarem crimes de branqueamento de capitais. Em causa estão movimentos com origem no Finibanco Angola, detido pelo Montepio Geral. O banco não terá comunicado as transações entre os dois países, um procedimento que é exigido por lei.

O Banco de Portugal detetou a falha e denunciou o caso ao Ministério Público, esclarecendo que "nestas operações



Investigação ao negócio realizado em 2010 aguarda aprovação para avançar FOTO LUÍS BARRA

suspeitas estão em causa movimentos entre clientes das instituições de crédito, não estando em causa necessariamente a própria instituição". E acrescenta que as entidades supervisionadas não comunicaram qualquer suspeita ao regulador.

Na altura, o Montepio Geral reagiu em comunicado: "Os danos reputacionais causados pela notícia do 'Público' e com

origem, segundo o mesmo jornal, num alto quadro do Banco de Portugal, que, obviamente, não se quis identificar, terão, esta semana, o encaminhamento adequado. Se a fonte em causa é a principal causadora do dano, o exercício do jornalismo não deixa de ser, por isso, um ato de responsabilidade. Quando estão em causa milhares de depositantes e a reputação de uma instituição de crédito, nomeadamente nos tempos conturbados que agora vivemos, essa responsabilidade deve ir até às últimas consequências".

No final de outubro, o Montepio anunciou prejuízos de 59,5 milhões de euros no terceiro trimestre do ano, resultados bem diferentes dos lucros de 19,5 milhões de euros no mesmo período do ano passado.

Até ao fecho da edição, a Procuradoria-Geral da República não esclareceu se se já foram realizadas diligências sobre as novas denúncias contra o Montepio.

HUGO FRANCO
e RUI GUSTAVO

hfranco@expresso.imprensa.pt

Há suspeitas da "dissipação do património da Cityprofit, em benefício direto do Montepio" na altura da aquisição